

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Encontra-se em apresentação e discussão o Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão entre o Estado e a RTP, S.A..

As novidades conhecidas nada avançam de muito substancial ou concreto sobre alguns temas que são essenciais aos Deputados do PSD eleitos pelo Círculo Eleitoral do Porto, e que, garantidamente, muito interessam à região Norte e aos trabalhadores do Centro de Produção Norte da RTP.

Falamos da necessidade da clarificação expressa da Missão e Funções que serão atribuídas a este Centro no contexto e na letra do Contrato de Concessão.

E justificado o receio do CPN de estar condenado à simples delegação de informação, com uma intervenção residual nas programações, sem competências e responsabilidade editorial na programação e sem uma verdadeira e assumida Direção de Programas. Ainda e igualmente relevante foi a pública promessa de apoio e recurso às pequenas produtoras da região.

As regiões norte e centro do país possuem o maior número de cursos relacionados com a comunicação social, multimédia e cinema. É desta região que tem saído uma boa parte dos criativos nacionais com reconhecimento internacional, que vão da música às artes plásticas ao cinema e áudio visual.

Impõe-se consignar no Contrato qual a percentagem da produção externa nacional que será atribuída a empresas sediadas na área de influência do Centro de Produção do Norte da RTP.

Igualmente importante é saber se o Contrato de Concessão do Serviço Público é claro e quantificado nos valores, percentagens e destino das verbas destinadas a apoios ao cinema e audiovisual. Só com a assumida distribuição geográfica das verbas orientada para o cinema e audiovisual poderemos ter produtores fixados e instalados fora da região de Lisboa e Vale do Tejo.

É com este sentimento de urgência e preocupação pelo potencial esvaziamento e perda de relevância relativa do CPN e das produtoras do Norte e Centro, ainda mais reforçado depois da apresentação à comissão parlamentar competente de um projeto de contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão, a ser subscrito entre o Estado Português e a Rádio e Televisão de Portugal, S.A., que os Deputados subscritores vêm solicitar esclarecimento de V/Exa. sobre as seguintes questões;

1. Por que forma se pretende concretizar as publicas promessas assumidas pelo C.A. da RTP e respetiva tutela, no que respeita à transferência da totalidade da produção da RTP 2 para o Centro de produção Norte da RTP?
2. Qual a Missão, Valores e Delegação de Competências que irão ser transferidas para a CPN no âmbito de tal Contrato?
3. Em que medida irão ser salvaguardados os legítimos interesses das produtoras externas de audiovisuais do Norte, no âmbito da contratação de conteúdos externos por parte da RTP?
4. Qual a percentagem da produção interna e externa que será garantida no âmbito do contrato de concessão pelo Centro de Produção do Norte da RTP?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 11 de Outubro de 2013

Deputado(a)s

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)
FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)